

A MENOS VALIA DAS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS NO AMBIENTE ESCOLAR.

O que tem valor?

Maria Aparecida Pereira de Souza Prudêncio

PG/UNICAMP

Abstract: currently the artistic expressions are not respected as they should, because it can be seen that the neglect of this field of knowledge exists. Given this situation, it is intended to investigate, by historical phenomena which have been allocated in the school environment, who came to culminate in the inferiority of the value of this artistic medium. For this we use the theoretical framework of an art - as an educator northern work.

Words - keys: Arts. Devaluation. School. Manifestations.

Resumo: Atualmente as expressões artísticas não são conceituadas como deveriam, pois pode se perceber o descaso em que esse campo do saber se encontra. Dada tal situação, pretendem-se investigar, por via histórica, quais foram os fenômenos alocados no ambiente escolar, que vieram a culminar na inferioridade do valor das manifestações artísticas nesse meio. Para tanto usaremos a referencia teórica de uma arte – educadora como norte do trabalho.

Palavras - chaves: Artes. Desvalorização. Escola. Manifestações.

Introdução

O ensino de artes nas escolas, embora venha sendo pensado, ainda não é considerado satisfatório. Cada vez mais se deteriora o que temos por conceitos em artes e as manifestações artísticas atualmente utilizada para explicar tais conceitos são cada vez mais usadas de modo deturpado, fazendo com que o publico alvo desse tipo de socialização do saber saia de sua formação com uma defasagem relevante, e esta por sua vez é transmitida aos alunos que prosseguem com o efeito dominó de uma má formação.

Por meio de uma análise do obsoleto modo escolar que vivenciamos hoje, faremos um parâmetro com o texto de Ana Mae Barbosa, escrito na década de 80, objetivando lançar um olhar sobre como tem sido encaminhada a situação das expressões artísticas no ambiente escolar e o que causa a desvalorização das mesmas.

Embora haja literaturas abundantes relativas à questão educacional brasileira, com enfoque nas artes, na qual trata de informações e conceitos para a formação e distinção da real importância da mesma para o ambiente escolar, muitas vezes esse material não chega às mãos dos “distribuidores do saber”, (uma vez que o mencionado material, tanto pode custar além do que o profissional recebe para investir, quanto à formação do mesmo não o leva a procurar esses conteúdos, satisfazendo-se com o básico imposto pelas regências de ensino do sistema) sim dos professores que se encontram no ambiente escolar, que por sua vez insere as expressões artísticas no primeiro contato do indivíduo com a escola, pois a primeira atividade dentro deste local a ser desenvolvida é relativa a desenhar e colorir.

Segundo Marques (2005) são pouquíssimos os resquícios das aulas de “educação artística” que perduram no indivíduo, formando-o para lidar com a arte, ora, como mencionado acima, a arte na escola esta restrita a desenho e pintura. Nisso consiste a crítica:

“Tente lembrar o nome da sua professora de Educação Artística do ginásio. Tente lembrar algum conteúdo de Educação Artística do seu primário. Tente avaliar quanto de sua relação com a arte hoje se deve ao que foi oferecido a você pela escola. Não se assuste se as suas respostas foram: “Não lembro” ou “não tive”, “nada” e “zero”, a maioria das pessoas responderia da mesma forma.”(Marques, 2005, pg.1)

Embora o nome da disciplina tenha sido alterado, de educação artística para artes, muito pouco do que é trabalhado na mesma teve alteração. Dessa maneira temos que lidar com a arte para enfeitar painéis/murais, os desenhos baseados na cópia fiel, a reprodução sem questionamentos ou análises de pensamentos, as danças e peças teatrais para comemoração em datas pré-determinadas ou competições, tudo isso a fim de cumprir um planejamento pensado por alguém que se situa muito longe da realidade da sala de aula. Quer dizer que esta disciplina perdeu completamente o caráter de raciocínio, passando a adotar um caráter de mera repetição.

Barbosa (199?) expõem por volta de 1988 problemas encontrados na arte/educação, que após serem considerados são assustadores, por constatar que em 40 anos não houve mudanças significativas. Mas por que isso acontece? Vejamos como se deu essa estrutura na educação, buscando entender as suas falhas.

Os primórdios da Arte/Educação no Brasil foram complexos. Segundo Espíndola (2006), o projeto da LDBEN tramitou durante treze anos (no Congresso) de forma bastante tumultuada, e os conflitos entre diferentes concepções (ideologias políticas) se fizeram presentes. E Barbosa (199?)

reforça que “essa não foi uma conquista da classe de arte educadores brasileiros e sim uma criação ideológica de educadores norte-americanos sob um acordo oficial entre MEC-USAID”.

Então em 1971 por meio da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Educacional – Lei 5.692/71 torna-se obrigatório o Ensino da Arte:

“Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, **Educação Artística** e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observando quanto à primeira o disposto no Decreto – Lei 869, de 12 de setembro de 1969.” (DAVIES, 2004, pg.114.Grifo nosso)

Ainda assim não existia na época cursos de formação que viessem de encontro ao atendimento dessa demanda, sendo gerado no seio do governo, dois anos após a aprovação da Lei, o curso de graduação em Educação Artística, modalidade curta (dois anos). É correto pensarmos que no contexto em que vivemos uma educação embasada em quatro anos de estudos já é considerada escassa e não satisfatória para expor o conteúdo necessário, quanto mais uma formação em dois anos:

“O currículo de Licenciatura em Educação Artística na universidade pretende preparar um professor de arte em apenas dois anos, que seja capaz de lecionar música, teatro, artes visuais, desenho, dança e desenho geométrico, tudo ao mesmo tempo, da 1ª à 8ª séries e, em alguns casos, até o 2º grau.” (Barbosa, pg.168)

Retorna-se nesse momento ao fato de que pouca coisa foi alterada de 1971 para 2011, uma vez que o educador da área de Artes ainda deve ser capaz de exercer a multidisciplinaridade e apresentar em suas aulas conceitos de música, teatro, artes visuais, desenho, dança, desenho geométrico, tudo isso acoplado ao ensino das demais disciplinas aos quais a arte dá suporte.

Barbosa explicita em seu texto os esforços por meio de cursos de atualização ou treinamento, para capacitação de educadores, no nível de formação universitária, alunos e professores e de educadores egressos nas escolas públicas visando dar conta do extenso “currículo” proposto a esse profissional. Em sua totalidade o professor de Educação Artística necessita para cumprir com suas funções, sendo como dissemos acima um profissional multidisciplinar.

Assim, embora a cultura tenha ganhado mais espaço com a implantação da extinta educação artística, esse espaço não pôde ser trabalhado com eficácia, uma vez que não coube no bojo dessa

disciplina toda a carga que é advinda à área de conhecimentos de arte, compreendida somente pela visão de um profissional, formado às pressas para atender o que podemos chamar de “mercado” e que vem sofrendo esse mesmo processo até os nossos dias. Dada a falta de preparo do professor, as dificuldades em traçar um norteamento para área, designando o que seria de fato relevante, como há nas diversas disciplinas escolares, a disciplina de artes foi sendo deixada a margem, repetimos aqui, como suporte para o trabalho de outras disciplinas, “temas transversais” e afins.

Quando a tendência pedagógica liberal tecnicista vigorava na nossa sociedade, nos primórdios da vigência da lei 5.692/71 adotou modelos calcados em uma estrutura rígida para atingir um fim proposto, designado pelo período da ditadura militar. Se refletirmos que muito do que foi baseado nesse modelo pedagógico serviu-se para “preparar” o indivíduo para o trabalho, podemos conceber desse período a preocupação com a cópia eximia do desenho, das formas geométricas, perspectivas. Encontramos claros exemplos desse argumento. O primeiro foi retirado de uma entrevista feita pelas graduandas do curso de Artes Cênicas da UEMS ao artista regional Jonir Figueiredo e o segundo do texto de Barbosa:

“Quem foi seu grande Mestre? Como esse Mestre ensinava? Como se relacionava com seus aprendizes? Jonir diz não ter convivido com algum professor que pudesse chamar de Mestre. Cita os professores que teve na época de colégio, por volta de 1965, 66, 67, fala de um professor que lecionava desenho técnico e afirma não gostar muito, fala também sobre um professor italiano que se apossava de seus desenhos, porém nenhum ele considera como um Mestre que o tenha inspirado a seguir sua carreira. Afirma que seus Mestres eram exigentes, ou no cumprimento rígido da técnica ensinada, ou no incentivo a fazê-lo estudar outras coisas que não fosse o desenho, ficando sempre com seus esboços.”

“Essa lei estabeleceu uma educação tecnologicamente orientada que começou a profissionalizar a criança na 7ª série, sendo a escola secundária completamente profissionalizante. Esta foi uma maneira de profissionalizar mão – de - obra barata para as companhias multinacionais que adquiriram grande poder econômico no País sob o regime da ditadura militar de 1964 a 1983.” (Barbosa, 199?, pg. 170)

Nesse contexto, como é possível que o aluno desenvolva a arte, goste dela, se aproprie do que ela possui de melhor? Os próprios professores da área incentivam aqueles que têm algum talento a ir buscar seu aproveitamento em outras áreas e ensinavam somente o conteúdo que serviria para o “trabalho”, sem importar-se de fato com a arte, somente servindo aos interesses do sistema econômico vigente. Acontece que passados anos essas concepções ainda não foram alteradas. Ao observamos as

reações expostas pelos indivíduos que convivem em nossa sociedade é clara a repulsa frente ao interesse de formar-se no campo das Artes, apresentando os mesmos argumentos explicitados acima e muitas vezes os seguintes discursos: Você quer cursar música? Para quê?; Artes cênicas? Pretende morrer de fome? Eu não criei filho para isso! Sim, é triste a realidade do que se escuta acerca do profissional de artes, porém, ainda mais difícil é encontrar ações vindas dos mesmos para mudar o contexto vexatório em que se encontram muito deles.

Segundo Silva apud Barbosa (1998), Rizzi (2002), Saunder (2004) “a Arte/Educação é epistemologia, denominada ciência do ensino da arte.” Mas que arte é essa ensinada nas escolas e vista com tanto desprezo pela grande maioria de nosso povo? Na época da ditadura justificava-se o ensino nos modos operantes em que se encontravam, mas e agora, o que justifica a estagnação do ensino de artes, ou ainda o desinteresse dos que deveriam ser consumidores? Por que a arte desde a época escolar é apresentada como algo que vale pouco, ou nada? Que só pressupõem seu uso perante suporte a outra área de conhecimento? As perguntas são muitas, e infelizmente nem todas conseguem ser respondidas, mas a raiz de algumas delas está diretamente ligada sobre o que cultivamos enquanto cultura. Conforme Daniel, Menegazzo e Peçanha, apud Williams (1992) “considera-se o termo cultura em dois sentidos. No sentido antropológico/sociológico, define o modo de vida global e o sistema de significações de um determinado grupo; no sentido mais especializado, inclui a produção intelectual e as práticas significativas”. Consideraremos nesse momento a primeira opção. Muito do que é assimilado pela sociedade brasileira vem dos costumes de outros povos, que vivem baseados em outros parâmetros. Tendemos a seguir um padrão, que com o tempo molda-se como uma imposição. Isso dá-se em todos os setores da sociedade, portanto também na educação. Por isso ao trazer aquilo que não faz parte de nossa conjuntura sócio-cultural e “costurá-lo” ao que temos aqui, sem testar a experimentação ou garantia de sucesso estamos sujeitos a vislumbrar situações que destoem das idéias apresentadas. É o que sucede na maioria das vezes com os referenciais curriculares, parâmetros educacionais e todo e qualquer documento embasado em conceitos que não são reais em nosso meio. No contexto escrito no papel as idéias traçadas em outras culturas tornam-se lindas ideologias. Porém ao defrontar-se com a nossa realidade não surtem efeito como descrito nos papéis, isso quando surtem algum efeito! Podemos interpretar como exemplo disso a aplicação contida no Referencial Curricular do município de Campo Grande, que será discutido mais adiante no texto, onde se lê que “ao assistir a um espetáculo teatral, por exemplo, o homem vive e revive emoções, identifica sentimentos, percebe realidades sociais, políticas,

econômicas e culturais que podem levá-lo a superar aspectos cristalizados e estagnados de sua existência”. Realmente o enunciado trás para a arte teatral uma grandeza que essa é capaz de inquirir o homem, o problema está no que vemos enquanto realidade, uma vez que ainda existem pessoas na nossa esfera social que não possuem meios econômicos de adentrar um espetáculo. Pode-se contestar dizendo que há nessa referida capital espetáculos gratuitos visando esses públicos, reconheço a existência desses, porém deixa-se de revelar que há ainda a passagem de ônibus que possuem um valor expressivo, que as famílias contidas nas periferias contam com um contingente de membros elevados, que os espaços teatrais na cidade, salvo o que encontra-se no centro, encontram-se em pontos talvez de complexo acesso pela população referida, etc. A segunda opção encontra-se mais complexa, pois ainda que nosso “incentivo” intelectual tenha crescido nos últimos anos, após sofrer períodos de escassez, ainda somos conhecidos mundialmente como “terra do futebol”, que inspira meninos a tornarem-se jogadores, o que não requisita estudo algum; nossos índices de educação ainda encontram-se aquém quando comparados com muitas potencias mundiais e infelizmente nossos governos investem mais em cadeias do que em educação.

Vejamos agora, no Referencial Curricular da rede municipal de ensino: 3º ao 9º ano do ensino fundamental de 2008, do município de Campo Grande, de autoria do órgão SEMED, a definição exposta do que é arte:

“Arte é linguagem, é produção sensível, é trabalho. A arte não é uma produção fragmentada ou fruto de modelos aleatórios ou separados do contexto social nem é mera contemplação, é uma área de conhecimento que integra diferentes instâncias intelectuais, culturais, estéticas, políticas e econômicas, pois os sujeitos que a produzem são históricos.” (pg.167)

Será que um professor que convive com alunos, relatórios de aulas, diários, exigências esdrúxulas e deve mostrar “serviço”, concorda com esse conceito? Primeiramente, se arte não é uma produção fragmentada, como se explica as exigências das escolas que devem ser cumpridas, podendo na maior parte das vezes o conteúdo que o professor vem trabalhando a fim de respaldar outra área, ou produzir elementos para comemorar datas previstas nos calendários? Isso acaso não é fragmentação? Arte com certeza não é fruto de modelos aleatórios, mas o que dizer das produções escolares, que muitas vezes são originadas de processos sem conteúdo histórico que tenha sido exposto, ou completamente

fora do contexto social do aluno/professor, onde o material que fora produzido para direcionar é confeccionado para/por determinado “grupo”, completamente antagônico.

O mencionado referencial discorre da seguinte maneira acerca das expressões artísticas e estéticas: “refletem as condições sociais do momento em que estão inseridas”, revelando a seguir no texto que um homem que assiste a um espetáculo de teatro pode por meio de sentimentos e percepção, superar sua realidade acerca dos aspectos estagnados. Porém a contradição se dá no momento em que, como foi abordado nesse mesmo texto, nossos moldes educativos não se caracterizam por educar o aluno para a percepção ou reconhecimento estético, ficando impossibilitada a catarse no mesmo a tal ponto que venha superar sua realidade.

Portanto concluímos que a principal motivação da menos valia das expressões no âmbito escolar é o modo como este permitiu serem aplicados conceitos que não foram progredindo, acompanhando todas as mudanças que vislumbramos em outros setores sociais. Soma-se a esse fator a má formação do profissional educador de artes, suas justificativas para escolha da área, (muitas vezes a escolha dessa área de formação dá-se por motivos de sobrevivência, o que não impulsiona o profissional a buscar mais conhecimentos e sim o estritamente necessário). Quando este possui ainda, a gana de buscar uma formação que venha de encontro a estruturar seu saber encontra nos moldes do trabalho escolar tal repressão que o impossibilita muitas vezes de aplicar seus conhecimentos. A falta de um conhecimento próprio de cultura e o embasamento histórico contribui para deteriorar esse quadro.

Considerações Finais

Diante de do exposto, pensamos que ainda que os professores possuam engajamento político, conquista de direitos, espaços educacionais e afins sem possuírem espaços propostos a disseminar o conhecimento para elaboração de idéias em que possam se firmar, posicionar, pesquisar, objetivando criar métodos e práticas que divergem do que está posto, auxiliados sim por um norte, um parâmetro, mas não atrelado a esse de tal modo que seja quase impossível agir dentro do que pensamos enquanto arte, cumprindo somente com o que é exigido, pensado por outros, criado por outros, longe de tornar-se parte do processo ou apossar-se desse mesmo a realidade prosseguirá imutável.



EDIÇÃO Nº 10 – Volume I , AGOSTO
DE 2012
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 10/06/2012
ARTIGO APROVADO ATÉ 10/07/2012

Referências bibliográficas

BARBOSA, Ana. M. Arte Educação no Brasil: Realidade hoje e expectativas futuras.

DAVIES, Nicholas. Legislação educacional federal básica. São Paulo: Cortez, 2004.

ESPÍNDOLA, Ana. L. História da Educação: história do Brasil, a infância na República. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

DANIEL, Maria. E. B. et all. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, s/d.

MARQUES, Isabel, BRAZIL, Fábio. *O que a arte ensina?* São Paulo: in Carta Maior, 2005.

SEMED. Referencial curricular da rede municipal de ensino: 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental, Campo Grande, 2008.